

190

355

1413

297

297

14

EDUCAÇÃO

VESTIBULAR

Divulgação / Jussara Grubber



• Em um encontro com representantes da Funai, governo e prefeituras, ficou estabelecido que entidades estudarão um concurso especial

Prefeitos do Alto Solimões dificultam ensino da língua e da cultura dos ticunas

Índios têm apoio do MEC

Denise Assis

‘**Q**uero cumprimentar a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingües pela preocupação com a qualidade da educação indígena. Espero que esse processo de formação possa continuar e que professores tenham condições de exercer este importante magistério”. O tom cauteloso da carta enviada pela antropóloga Ruth Cardoso para saudar o Encontro Regional de Educação Indígena, que aconteceu semana passada na Aldeia Filadélfia - Alto Solimões, na Amazônia - não foi por acaso.

Ali, em cinco municípios: Benjamin Constant, São Paulo Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Itá, há 85 escolas indígenas com cerca de 200 professores ticunas, ameaçados pelos prefeitos recém-empossados de perderem o emprego para professores formalmente habilitados.

A questão, que se esgueira entre a política regional, a pressão do governo federal para cortar os não concursados, e o preconceito de que o índio pode ter ocupação, mas de preferência longe do serviço público, merecia mesmo um tom su-

til, de acordo com a assessora da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingües (OGPTB), Jussara Grubber.

Nenhum dos lados assume abertamente suas posições, mas para ela, neste momento, o pior caminho é o do confronto. Sem atirá-lo, mas com orientação de defender a manutenção dos ticunas à frente das suas turmas, o MEC enviou ao encontro o coordenador de Educação Indígena Caio Valério Oliveira. Sua missão era derrubar o argumento dos prefeitos de que a saída para a contratação dos indígenas era a realização de um concurso tradicional como fazem os que pleiteiam uma vaga no magistério local.

■ **HABILITADOS** - “Fazer um concurso nos padrões tradicionais para os índios era o mesmo que excluí-los”, conclui Caio, que luta pela educação ticuna na região. Só para se ter um idéia, dos 31 mil habitantes de Tabatinga, 10 mil são da tribo dos ticunas. Caio lembra que todos têm um curso fornecido pela OGPTB com apoio do MEC e outras instituições, incluindo organismos internacionais, que os habilita para o ensino de 1º Grau. “O concurso exigiria um documento emitido pelo Centro de

Treinamento de Professores que deveria encaminhar já esta proposta para o Conselho Estadual de Educação do Estado da Amazônia, o que até agora não foi feito. Com a presença da representante da Funai, Mariel Souza e dos secretários de educação dos municípios envolvidos - só o prefeito de Benjamin Constant apareceu - apesar da resistência inicial, ficou acertado na frente de 30 líderes ticunas que será estudado um concurso diferenciado para os índios.

■ **LEIGOS** - A educadora e assessora da OGPTB, Jussara Grubber, que acompanhou todo o encontro, considera que “esta é a saída”, embora, segundo ela, “nenhuma data ou novo encontro ficou acertado para isto”, ainda que a legislação fale em primeiro semestre desse ano para a regularização de todos.

Criada em 1986 com a finalidade de empregar os professores ticunas da região e criar uma escola que mantivesse sua cultura e os seus valores, Jussara não vê como um leigo que não fale a língua ou conheça os costumes possa exercer o papel de educador entre eles. “Estou com eles há 20 anos e não seria capaz de alfabetizar uma criança ticuna”, exemplifica.

Constituição exige concurso

Para o prefeito de Tabatinga, Enildo Batista Lopes, 32 anos, “o concurso diferenciado está sendo estudado mas, se mesmo assim eles forem reprovados, nós os manteremos em regime de trabalho temporário em sala de aula”. Em sua cidade, 19 ticunas são pagos pela Funai, 39 através do Governo do Amazonas e 18 pela prefeitura. Para o seu colega de Benjamin Constant, Amaury Maia, 44 anos, “o que pega é o artigo 37 da Constituição Federal, que exige a prestação de concurso”. Ele não sabe explicar por que seus antecessores não cuidaram do problema, mas considera que “substituí-los seria um absurdo”. Embora sugira que, no caso de reprovação dos índios no concurso, vá estabelecer “parcerias com estas organizações para darmos uma verba de apoio”. Ou seja, em vez do vínculo empregatício, eles teriam uma verba mensal como prestadores de serviço. Como nos velhos tempos, os índios trocariam o caminho das pedras por espelhos e miçangas.